

Conduzindo o tornar-se:

amor e desejo nas primeiras autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos¹

Luiza Ferreira Lima (PPGAS/USP)²

Palavras-chave: Autobiografias; Transexualidade; Amor e Desejo

O presente trabalho se propõe a investigar um aspecto temático recorrente em autobiografias de pessoas trans: os efeitos do amor e do desejo, e de relações fundadas nessas emoções, na trajetória das pessoas biografadas. Parte de minha pesquisa de doutorado, que se debruça em perspectiva comparada sobre processos de subjetivação inscritos em e produzidos por biografias e autobiografias elaboradas por ou sobre pessoas trans e publicadas no Brasil e nos Estados Unidos, neste paper me concentro em 5 obras³: “Christine Jorgensen”, de Christine Jorgensen (1967), “Emergence”, de Mario Martino (1977), e “Second Serve”, de Renée Richards (1983), publicadas nos Estados Unidos; e “Erro de Pessoa”, de João W. Nery (1984), e “Meu Corpo, Minha Prisão”, de Lorys Ádreon (1985), publicadas no Brasil.

Tidos, em seus respectivos países, como os primeiros escritos autobiográficos que lograram penetrar e participar do debate público ainda incipiente sobre transexualidade e *mudança de sexo*⁴, esses dois trios de obras se mostraram formas potentes de reivindicação da possibilidade e lidimidade da formação da personitude generificada através da narrativa literária da experiência. O desenvolvimento de si registrado/produzido em texto é marcado pela centralidade de emoções como

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

² Bacharel em direito e ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Mestre e doutoranda em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS/USP). Agradecimentos à FAPESP pelo financiamento da pesquisa de doutorado da qual decorreu este artigo (processo Nº 2016/23516-0). Ressalto que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

³ Inicialmente tinha proposto tratar de 6 autobiografias – incluindo, além das mencionadas, o que se considera a primeira autobiografia de uma pessoa trans no Brasil: “A Queda Para o Alto”, de Anderson Herzer (1982). No entanto, nela há particularidades significativas no que toca ao modo como desejo e amor afetam o desenvolvimento da subjetividade masculina e a corporalidade de Herzer que criam uma discrepância produtiva, porém complexa demais para tratar com o devido cuidado no limite proposto de páginas pela comissão organizadora da Reunião. Tentei elaborar o argumento, mas no fim, por conta da economia textual, precisei retirá-lo do paper.

⁴ Essa é uma expressão êmica cujo sentido tem sido objeto de disputa por diferentes atores, e a partir de diferentes referenciais discursivos ao longo da história das subjetividades trans no debate público. Nesse primeiro momento, em especial, ela demarca a emergência do questionamento, a partir de especulações sobre transexualidade, das fronteiras entre o que seria naturalmente definido e o que seria produto de construção e aprendizado social, e carrega consigo questionamentos sobre até onde a tecnologia médica conseguiria alterar a verdade da matéria. Não por acaso, na década de 60 o psiquiatra norte-americano cunha é cunha a expressão “identidade de gênero”, em oposição ao sexo biológico. Contudo, subjacente a tal relação diferencial, também há assimetrias de “realidade”, de verdade fundamental de sujeitos. O debate sobre a expressão “mudança de sexo” carrega consigo essa disputa, digamos, ontológica. Desenvolvo isso melhor na tese em fase de escrita.

desejo e amor e de relações fundadas nelas em termos de apresentação de limites e possibilidades de existência, bem como de engendramento de reconhecimento. Em especial, tais emoções e relações afetam o modo como as pessoas biografadas dão inteligibilidade a si mesmas, imaginam o futuro e se engajam em processos de transformação corporal. Não têm, assim, apenas destaque temático; são dispositivos narrativos de verdade e legitimação. Subjacentes a esses movimentos estão modelos de masculinidade e feminilidade, padrões de sexualidade e regimes de moralidade.

Considerando a articulação entre condições histórico-sociais que estruturam a existência da produção literária, este trabalho é norteado pelas seguintes questões: como elaborações e valorações de amor e desejo nas obras interagem com os respectivos contextos de surgimento? De que modo essas emoções e os vínculos nelas fundados participam do processo de imaginação de identidades e futuros possíveis e desejados e interferem em projetos de materialização e incorporação dessas identidades? Qual a relação entre o desenho dessas emoções e vínculos e a disputa por atribuição de legibilidade e legitimidade a subjetividades trans?

Tempos de especulação

Os anos 50/60/70 nos Estados Unidos e os 60/70/80 no Brasil apresentam paralelos intrigantes no que toca a articulações entre certo frenesi no debate público sobre sexo, gênero e desejo, ansiedade institucional em implementar mecanismos regulatórios de normalidade e aceitabilidade social, e formas contraditórias, tensas, de resistência política. Nesses contextos, o tema da transexualidade emerge pela primeira vez de modo mais abrangente, impulsionado e alimentado pela imprensa e pela mídia.

No cenário estadunidense, analisaram Meyerowitz (2002) e Stryker (2008), o consenso médico sobre sexo enquanto duas categorias discretas, excludentes, exclusivas e imiscíveis, naturais e permanentes, começava a ser perturbado por pesquisas levadas a cabo na Europa que chegavam ao país através de profissionais emigrados e dos jornais. Estudos sobre composição cromossômica e produção hormonal redirecionavam o foco científico, no que toca a possibilidades de configuração do sexo, sugerindo maior complexidade em termos de gradação e combinação de elementos que poderiam definir a identidade sexuada. Notícias de desenvolvimento de técnicas de alteração corporal através de administração de hormônios e intervenções cirúrgicas chegavam ao país através da imprensa, mas apenas em 1952 o processo de reconceitualização do sexo sofreu uma viragem.

Esse foi o ano em que os jornais norte-americanos publicizaram a mudança de sexo da conterrânea Christine Jorgensen, realizada na Dinamarca; a circulação dessa primeira notícia inaugurou um campo intenso de ruminação sobre os modos de um corpo ser marcado por características sexuadas, afetando a própria comunidade médica no país – e levando à instauração

de uma reflexão mais generalizada sobre, e posteriormente a transformações no modo de entendimento da transexualidade. De sua apreensão como um distúrbio delirante que impede a pessoa portadora de ver a “verdade” sobre seu sexo, a ser curado por psicoterapia, entre as décadas de 50 e 80 se passou a interpretar tal experiência de gênero como um caso de desajuste entre o sexo psíquico, imutável, e sexo corporal – em especial representado pela anatomia, odiada, atestavam os médicos, pelas pessoas “portadoras”. Procedimentos que alteravam formas corporais se apresentavam como únicas alternativas de “ajuste entre corpo e mente” e redução do sofrimento que a incongruência provocaria.

Em esforço levado a cabo por Harry Benjamin, Robert Stoller e John Money⁵, um sistema explicativo e diretrizes de tratamento do “transexualismo” como psicopatologia se desenvolviam no país, levando eventualmente à inscrição da “condição”⁶ na Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde. De acordo com o novo consenso médico, haveria uma forma “verdadeira” de transexualidade que em nada se aproximaria da homossexualidade – mais visível nos anos pós-Stonewall, com a emergência de uma mobilização política de pessoas gays e lésbicas crítica a ordem sexual regulatória vigente –, marcada no cenário público por suspeitas de perversão, promiscuidade e imoralidade, em uma conjuntura particularmente acentuada de vigilância e suspeição de práticas sexuais desviantes desencadeada pelo imaginário militarista de honra e ordem nacional que saturou o período pós 2ª Guerra Mundial, com as Guerras da Coreia e do Vietnã (Stryker, 2008). Não, garantiam os especialistas: a transexualidade era um erro da natureza que se abatia sobre sujeitos livres de qualquer culpa, engendrando repulsa pelo próprio corpo e dor. E o tratamento era um ato compassivo de alívio dessa dor.

No Brasil, o golpe militar de 1964 também teve efeitos consideráveis em termos de produção de um pânico moral⁷ em torno de pessoas gays, lésbicas e trans (Cowan, 2015). Ideólogos do regime e autoridades envolvidas em departamentos de segurança compartilhavam um imaginário

⁵ Para uma análise detida do modo como padrões heteronormativos afetaram o desenvolvimento do consenso médico sobre transexualidade, ver Fátima Lima (2011) e Jorge Leite Jr (2011).

⁶ Uso “condição” aqui e ao longo do texto porque se trata de termo que tem relevância no debate em torno do sentido de transexualidade à época. Se entre médicos designava um estado de saúde que definia a existência dos sujeitos “portadores” (e procedimentos de transformação corporal apenas poderiam aliviar seus efeitos), entre os autores sinaliza, como sugerirei nas páginas seguintes, um aspecto que os acomete e afeta sua vida, mas que não é incontornável ou intratável. A *mudança de sexo* seria capaz, segundo eles, de resolver o conflito provocado pela transexualidade. Ela não é, então, entendida em termos identitários neste primeiro momento.

⁷ Nos termos de Richard Miskolci (2007), como “o mecanismo de resistência e controle da transformação societária [...], aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (ibid.: 103). São temores que marcam a imagem de sujeitos, práticas e coletividades com uma aura de ameaça à ordem e à integridade social e às instituições que as sustentam, justificando discursos de ódio e políticas excludentes ao qualificar estes como mecanismos protetivos.

sobre inimigos da ordem, da sociedade e da nação que classificava a homossexualidade como forma de conduta que fazia parte de uma mobilização mais ampla de subversão e guerra revolucionária, também composta pelo comunismo, a permissividade moral, o ateísmo, a convicção política à esquerda, movimentos feminista, negro e indígena, etc. Em espaços de formação, monitoramento ou difusão de informações, como na Escola Superior de Guerra, via-se com inquietação o que apreendiam como “estímulo à homossexualidade” em emissoras de televisão e na imprensa, participantes de uma conspiração internacional de aliciamento de jovens à homossexualidade e ao comunismo, e de destruição de instituições morais, políticas e sociais. Entendiam por “estímulo” a existência de personagens gays femininos em novelas ou a divulgação de notícias envolvendo pessoas homossexuais, travestis e transexuais em jornais. Tal pânico alimentou vigilância e repressão institucionais contra esses sujeitos – tais quais controle e brutalidade policiais (em especial contra travestis) e exercício de censura a produções artísticas.

Na TV e na imprensa, a representação em especial de pessoas transexuais e travestis era marcada por ambivalência. Programas cômicos e de auditório costumavam apresentar mulheres trans como juradas ou participantes em concursos ou convidá-las a entrevistas, o tom oscilando entre a chacota e a curiosidade. Figuras como Roberta Close e sua correspondência a padrões de beleza feminina tiveram papel fundamental na deflagração do debate público sobre limites entre feminilidade e masculinidade, verdadeiro e falso, natural e construído (Veras, 2016). Ao passo que se salientava sua deseabilidade tão conforme a expectativas generificadas, havia também especulações que sugeriam suspeição quanto a seu aspecto artificioso, ludibriador quanto à manipulação da verdade de seu sexo⁸.

Já jornais de grande circulação como o O Globo e a Folha de São Paulo passam, a partir dos anos 70, a noticiar com maior frequência eventos e controvérsias envolvendo a transexualidade de modo bastante particular. Relatam eventos científicos e casos judiciais⁹ que se dedicaram a

⁸ Um exemplo é a reportagem “Roberta tenta vencer os preconceitos”, de Isa Cambará, publicada n’A Folha de São Paulo e 4 de novembro de 1983. É considerável o modo como a jornalista continuamente produz o efeito de revelação da verdade diante do que seria uma aparência enganadora, sem deixar de elogiar a feminilidade de Roberta Close: “Tem coisas que a gente pensa que é, mas não é”, alerta a morena bonita, de cabelos longos e físico perfeito, no comercial mais comentado da televisão carioca. Os comentários não ficam só por conta da beleza da moça, mas do seu sexo: na verdade, trata-se de um travesti. (...) A ideia era mostrar ao consumidor que ele pode se enganar se se deixar levar apenas pela aparência. (...) dificilmente, quem a vê de perto – mesmo sabendo seu sexo real – sente-se diante de um homem.”

⁹ O caso mais emblemático é o do cirurgião plástico Roberto Farina, que após apresentar dados de uma cirurgia de *mudança de sexo* em uma conferência médica, foi denunciado por um procurador de justiça por lesão corporal gravíssima. Durante anos a imprensa acompanhou o desfecho de seu caso, veiculando manifestações de operadores do direito e de profissionais da medicina sobre transexualidade, o papel do conhecimento médico diante de tal *condição* e o cabimento da persecução jurídica. Curioso como apenas se menciona brevemente a pessoa cuja operação desencadeou a acusação penal. Poder-se-ia pensar ser um caso de proteção a sua privacidade, mas não parece o caso, já que, quando mencionada, usa-se seu nome

discutir a possibilidade de se *mudar o sexo* de uma pessoa e como, em termos de potências e limites da técnica médica, isso poderia se dar. Em sua maioria, o tom das reportagens privilegiava o sistema médico de entendimento da *condição*, citando repetidamente definições de especialistas cujos anos de pesquisa e experiência clínica eram salientados – assim como o consenso norteamericano, eles defendiam tratar-se de um antinomia congênita entre corpo e mente, “uma dissociação entre o sexo morfológico (o fenótipo ou sexo aparente) e o sexo emocional, ou seja, entre o aspecto do indivíduo e sua estrutura psíquica (...)” (O GLOBO, 1977) – o que levaria a rejeição da anatomia e ímpeto de livrar-se dela, tornando a pessoa transexual sujeita a automutilação e, potencialmente, suicídio. Impotente, a única saída que encontraria, sozinha, era o autoflagelo, “em virtude da angústia e depressão brutal provocada por esse estado de coisas” (ibidem). O prazer sexual, reiteram ao longo dos anos, “ao contrário do homossexual e do travesti”, está em segundo plano; “é mais importante a identidade com a personalidade do sexo oposto” (FOLHA DE S. PAULO, 1984).

Médicos, os entrevistados diziam, tinham o dever humanitário de reduzir dito sofrimento proporcionando alterações corporais. Em uma breve nota publicada n’O Globo em 1977 sobre um congresso de medicina nos Estados Unidos, lê-se: “Médicos acham que Jesus ajudaria os transexuais: Para 2 médicos que já realizaram mais de 50 operações de mudança de sexo (...), é uma resposta cristã a um problema humano. ‘Se Jesus vivesse hoje, certamente ajudaria e confortaria os transexuais, como fez com os leprosos, os cegos (...)’” Dito estado de existência, repetidamente acentuam, é inteiramente distinta da homossexualidade.

Deslocando o sentir(-se)

Nesses cenários paralelos de intenso debate público sobre verdade do sexo, de suspeição e estigmatização da homossexualidade e de esforços de legitimação da transexualidade, levados a cabo por certos médicos e por parte da imprensa a partir de uma retórica de autoridade científica e dever moral de redução de sofrimento, as primeiras autobiografias de pessoas trans surgem nos Estados Unidos e no Brasil.

Com efeito, apresentam-se com diferentes propósitos. Se nos Estados Unidos Christine Jorgensen em 1967, Mario Martino em 1977 e Renée Richards em 1983 descrevem como motor da publicização de sua história de vida trazer entendimento sobre a condição trans em meio a um cenário repleto de elucubrações, imprecisões, ignorância e preconceito¹⁰, no Brasil Anderson

completo (tanto o nome de registro quanto o nome social). Parece haver, em verdade, pouco interesse no que ela tinha a dizer sobre sua autonomia corporal e as implicações da *mudança de sexo* em sua vida.

¹⁰Por exemplo, Christine Jorgensen salienta logo no prefácio que com o livro pretende “enterrar de uma vez por todas os rumores, especulações, inverdades e concepções errôneas que têm circundado minha vida por quase uma década e meia” (1967: xvi). Harry Benjamin, no prefácio de “Emergence”, de Mario

Herzer em 1982, João W. Nery em 1984 e Lorys Ádreon em 1985 têm como principal objetivo a denúncia – do descaso social e da violência institucional contra vidas consideradas descartáveis, da estigmatização e cidadania precária (Bento, 2014) a que são submetidos em virtude de desconhecimento geral de suas experiências subjetivas, da brutalidade de tentativas reiteradas de reajuste de sua identidade e expressão de gênero aos padrões socialmente esperados conforme o sexo a eles assignado em nascimento. Contudo, o fundamento que sustenta esses propósitos distintos é o mesmo: os autores em ambos os cenários reivindicam autoridade narrativa a partir da enunciação da verdade, pouco conhecida porque acessível apenas a partir da experiência.

O ponto de partida dessas obras, assim, é que em primeiro lugar o entendimento da verdade sobre a transexualidade não se dá através de uma aferição clínica – não se trata de um objeto passivo disposto no mundo, mas de processo de identificação com formas de ser e sentir em reação a estímulos e eventos que se desenrola e é vivenciado ao longo do tempo. Portanto, apenas conhecível a outros a partir de sua expressão narrativa pelo sujeito que a vivencia (Bruner, 1986; 1991).

“Formas de ser e sentir” não é expressão aqui usada fortuitamente; o sentir tem centralidade no enquadramento explicativo da identidade construído pelos autores. Entre as obras norte-americanas, por exemplo, “feel like” – ou “sentir-se como” – é expressão recorrente para designar a afinidade, ainda na infância, por práticas (brincadeiras, p.e.) e formas de apresentação de si (tais quais maneirismos, estilos de roupa e corte de cabelo) socialmente atribuídas ao *sexo oposto*. Mesmo sendo diretamente coagidos a se comportar conforme expectativas generificadas, os autores descrevem a persistência, conjuntamente, da atração por ditas práticas e formas de apresentação e estranhamento de outras como aspectos constitutivos do seu senso de si. Mario Martino, por exemplo, afirma logo na apresentação de seu livro: “Eu era um menino! Sentia como um, me vestia como um, lutava como um. Depois, iria amar como um” (1977: xi) A mesma formulação aparece páginas depois, ao ser enviado forçosamente pelo pai a um colégio interno católico quando adolescente para “aprender a ser uma dama”: “Mas eu não queria ser uma dama! (...) Ser uma dama era como você se sentia por dentro, não como se vestia. (...) Nada iria mudar minha opinião sobre como EU ME SENTIA” (ibid.: 41 – caixa alta no original).

Essa combinação de formas de atração e repulsa é elaborada pelos autores como *configuração emocional sexuada*. No caso de Christine Jorgensen, se se sentia impelida a agir de modo qualificado como feminino e era incapaz de exercer com sucesso papéis e comportamentos

Martino, por sua vez declara: “Ela [a história do autor] irá certamente dissipar muitas ideias erradas. (...) A estreiteza de pensamento de pessoas, que perdurou por tanto tempo no que toca a esse tema, será combatida por Emergence (...)” (1977: ix).

esperados a homens, a única conclusão possível é a de ter uma “química emocional” feminina. Em conversa com amigas, tenta se explicar:

“Talvez vocês pensem que é loucura, mas já olharam para mim e pensaram que eu poderia não ser um homem e sim... uma mulher?”

(...) “Mas George, você é feito como um homem, não é?” (...)

“Eu tenho as características físicas de um homem muito imaturo, mas desde que me lembro, sempre tive os sentimentos... as emoções de uma garota.”

“O que você quer dizer?”

“Bom, há certos símbolos que o mundo adotou para diferenciar os sexos quase desde o nascimento. Você sabe, azul para garotos e rosa para garotas, trens de brinquedo para garotos e bonecas para garotas, e etc. Eu sempre quis as coisas que garotas queriam, porque de certo modo sentia que eles naturalmente pertenciam a mim.” (1967, 51-52)

Dita configuração emocional que engendra identificações com modos de existência generificados leva os autores a questionarem o lugar de sujeito a eles designado; provoca inadequação e tensões ao não conseguirem ou não se empenharem em cumprir expectativas de expressão e comportamento. Contudo, o aspecto desse sentir que gradualmente ao longo de suas trajetórias se intensifica e se torna o motor que os insta a procurar formas de explicação do senso de si e realizar a *mudança de sexo* é a orientação erótico-amorosa. O “sentir-se como” é composto, inarredavelmente, pelo “sentir amor por um homem como uma mulher sente”, ou “sentir amor por uma mulher como um homem sente.” Não se trata, assim, apenas de sentir amor e/ou desejo – mas de um modo generificado e heteroorientado de senti-los. Muitos narram lembranças vívidas de infância e adolescência de fantasiar o contato erótico. Martino, por exemplo, que costumava posicionar um pulverizador de lavagem intestinal entre as pernas e fingir ser um pênis, conta:

Não tinha sentimento algum de culpa. Eu me sentia bem. Me sentia como um homem. (...) Embaixo da cama do meu primo encontrei revistas que nunca havia visto antes – revistas de mulheres nuas! Me deixaram sem palavras, encantado (...). Automaticamente minhas mãos encontraram meus genitais e eu fantasiei que fazia amor com uma mulher. Havia uma coisa que eu queria fazer (...): colocar o pulverizador entre as dobras dos meus lábios, em cima do clitóris, e fazer a coisa como um homem. (1977: 25)

Já Christine Jorgensen, ao ser questionada pelas amigas se poderia ser um homem homossexual feminino, declara: “não posso nem pensar em um relacionamento assim com outro homem. Mas tenho que admitir que sou atraída a alguns homens. Sei que os noto, mas não como um homem nota, e sim uma mulher” (1967: 52). A cada vez que uma situação como essa ocorre, a

necessidade de saber o que explica o desalinhamento entre configuração emocional feminina e anatomia qualificada como masculina, e modos de resolvê-lo se mostra mais urgente. Enquanto suas formas corporais a conduzissem a ser lida como homem, suas emoções femininas, que estruturavam seu senso de si feminino, quedariam irreconhecíveis – e seu afeto nunca seria correspondido, a saber: ser desejada, como mulher, por um homem.

O desejo ou apaixonamento, assim, se apresenta como um catalisador na narrativa – leva-a a procurar médicos, a descobrir o que seria transexualidade e a empreender modos de alteração corporal. Tais emoções são acompanhadas por um reverso constitutivo, como o negativo de uma foto: o horror dos narradores em serem lidos como homossexuais e o nojo que expressam pela homossexualidade. Jorgensen, ao, antes da transição, ser paquerada por dois homens que a interpretaram como um homem feminino, relata dito nojo e medo do contato, de ser considerada como alguém “que desviava do que era considerado ‘normal’” (CJ, 45) – o que a leva a buscar “uma explicação física para minha dificuldade. Havia uma resposta em algum lugar” (ibid.: 76). Martino, ao saber que ele e sua companheira foram lidos como um casal lésbico, reage se desculpando: “Becky, honestamente, não sinto que sejamos lésbicas. Continuo afirmando que eu deveria ser um homem. (...) Acho que é isso que tenho a oferecer a você: nada além de dor no coração. Mas vou me tornar um homem! E ninguém poderá fazer essas observações ofensivas a você. Um dia...” (1977: 141).

Da mesma forma, Lorys Ádreon, em “Meu corpo, minha prisão” (1985), ao refletir sobre o senso de si, elabora-o em termos de aspiração e repulsa. Jovem, era reiteradamente acoçada na escola por colegas, que a chamavam de “veado, bicha, macho-fêmea, fresco, etc.” e a agrediam fisicamente (ibid.: 32). Em meio ao desespero da violência reiterada, ouve de um professor sobre Christine Jorgensen, “transexualismo” e *mudança de sexo* – e o acesso a sua história, a apresentação ao termo como “disparidade entre mente e sexo” e imediatamente à solução do problema, “a passagem de um sexo a outro”, provocam-lhe identificação imediata e esperança (ibid.). Anos depois, a palavra e a linguagem médica que lhe confere sentido servirão para explicar a um rapaz por quem se apaixonou que não se interessa por ele como um homem homossexual e sim como uma mulher, e também para revelar ao pai sua condição e desejo de resolvê-la. Com a ajuda da mãe, elabora-a em termos de vontade de exercer um papel afetivo e se engajar em relações que se distingue da homossexualidade:

Eu precisava meditar muito sobre a questão da transexualidade, tentando descobrir quando tomei consciência de que não aceitava pertencer ao sexo masculino. (...) Minha retrospectiva levou-me aos três anos de idade (...). Foi durante esse período da minha vida que observei papai e mamãe fazendo algo

em que somente eles dois participavam. Estavam nus, e mamãe ficava embaixo de papai. Aquela visão me deixava interessado em ocupar o lugar de mamãe, e poder receber todo aquele carinho e aquela atenção que papai lhe dedicava (...). Prossegui na busca do amor ideal sempre querendo me comportar como mulher, nunca como homem. (...) Ninguém jamais me sugeriu que odiasse meus genitais, nem que quisesse me livrar deles; então por que eu o fazia? Não era medo da dor que me fazia ter aversão pelo sexo anal. Era antes a sensação de anormalidade que me inspirava esse relacionamento; eu queria receber meu parceiro face a face para poder encará-lo e ler em seu olhar o desejo que tinha por mim. (MC, 109-111)

- Está me propondo (...) satisfazer um capricho aberrativo de seus impulsos homossexuais (...)?!

-(...) Lorys não é um homossexual, pois se o fosse, não haveria necessidade de qualquer cirurgia! Nosso filho é um transexual porque tem um sexo mental e outro físico (...). Depois que for operado, as portas da vida lhe serão abertas como mulher, e Lorys se casará para viver uma vida decente ao lado do homem maravilhoso que ama (...). Não perderemos nosso filho, ganharemos uma filha que terá a chance de encontrar a felicidade! (...) tudo o que o rapaz tem feito é (...) porque o vê não como a um garoto, mas como a uma garota, e ambos se amam! (1985, 115-115)

Notemos como não se trata apenas do reconhecimento (ou a ameaça de sua não ocorrência) que se dá pelo olhar, mas por práticas sexuais e pela generificação de papéis no engajamento erótico. Em “Erro de Pessoa”, de João W. Nery (1984), um de seus motivos de maior angústia é ser visto e desejado como uma mulher lésbica por outra mulher lésbica – e ao se relacionar com mulheres que se identificam como heterossexuais, não ter um pênis capaz de penetrar durante o ato sexual, como se isso ameaçasse sua legibilidade tátil como homem. A ausência do órgão genital provoca uma incompletude que não apenas se refere a imagem de si – mas a um modelo de masculinidade que é composto por formas de se valer do corpo, de expressar o próprio desejo e satisfazer o desejo de uma mulher. A sensação de deficiência, que já o assombrava ao se olhar no espelho, intensifica-se quando uma namorada confessa nunca ter tido um orgasmo: o problema, ele tem certeza, reside em não ter o meio, fisicamente, de se conectar a seu corpo tal qual um homem faria.

“Deve ser pela minha deficiência”, pensei imediatamente. (...) Passei noites sem dormir, atribuindo a causa do problema à falta de um pênis de verdade. Ela já me havia dito que mulher não a atraía, o que me dava grande alívio. Ao mesmo tempo, eu me sentia angustiado por ter me esmerado ao máximo para suprir a falta e, agora, constatar que ainda não era o bastante. (...) o pesadelo de que as

mulheres não poderiam se sentir atraídas por mim começou a me estrangular.
(EP, 81-83)

Para os autores, esse estado de existência é descrito como “limbo”, “fragmentação”, “dualidade”, “deficiência”, que designa não só a discrepância entre o sexo de suas emoções e o sexo de sua anatomia, mas a incapacidade de fazer com que o primeiro seja lido, reconhecido por outros – visualmente, mas não só. Eroticamente também. A *mudança de sexo* se apresenta como meio de resolver dita discrepância e alcançar não só um alinhamento entre “mente e corpo”, como afirmam médicos, mas principalmente entre senso de si tal qual percebido por si mesmo, e tal qual é percebido em suas relações.

Trata-se de um processo cujo sucesso é descrito pelos autores como se tornar “uma pessoa completa”, “uma pessoa real”, “uma pessoa inteira”. Sua conquista se faz não só no senso de si marcado por uma configuração emocional generificada, por sentir o desejo e o amor classificável em padrões de masculinidade e feminilidade – mas no reconstituir uma imagem que torne o sujeito legível enquanto tal, legível pelos olhos do desejo do outro do gênero oposto. E que o torne capaz, adicionalmente, de tocar e ser tocado, conforme padrões de conduta sexual classificada por gênero. O caráter de “pessoa completa” é alcançável, de acordo com essas primeiras autobiografias, no encontro – não só sentir, mas satisfazer o desejo e o afeto conforme uma distribuição generificada de papéis sexuais. Isso se evidencia, contrastivamente, em relatos pós-*mudança de sexo*. René Richards, em “Second Serve” (1983) descreve sua sensação de mulher inteira quando da primeira experiência sexual com um homem após a série de procedimentos cirúrgicos:

Mal podia esperar pelo momento em que poderia fazer amor de um jeito mais gratificante – quando poderia ser uma mulher. Então em Dallas, subimos as escadas até meu quarto de hotel, onde tornei esse sonho realidade. (...) Suas características masculinas eram estranhamente reconfortantes, e eu relaxei enquanto ele me guiava até a cama. (...) Não havia fraqueza ou senso de artificialidade em minhas genitais – eram consistentes. (...) Tremendamente excitantes eram seu tamanho amplo, seu cheiro, sua pilosidade, seu peso me comprimindo. (...) Eu amei. Enfim era inteiramente capaz de exercer o papel de mulher. Poderia ficar contente pelo resto de minha vida com essa única satisfação. (SS, 294-96)

Emoções fazem coisas

A constituição da antropologia das emoções como campo de investigação (Víctora; Coelho, 2019), há décadas, já tinha em seus marcos fundadores o privilegiamento de uma abordagem que atentasse à configuração emocional em seu aspecto pragmático e micropolítico. Lutz e Abu-Lughod

(1990) assumem como estratégia de análise a apreensão de emoções como discurso, informadas por enquadramentos sociais de sentido e valor e produzindo efeitos sobre ditos enquadramentos, participando em e afetando relações de poder.

A produtividade dessa perspectiva no campo de investigação de dinâmicas de diferença e desigualdade que organizam articulações entre gênero e sexualidade é inegável (Bispo; Coelho, 2019); no processo sócio-histórico de disputas de sentido sobre subjetividades trans, ela também se mostra particularmente elucidativa – não se trata apenas de tensões em torno do delineamento da imaginabilidade de formas de existência, mas também em torno de sua valoração. A economia emocional empregada em distintos modos de falar sobre identidade generificada arranja masculinidade, feminilidade e desejo de modos distintos e apela, de modos distintos, para o senso de aceitabilidade social do público a que se dirige¹¹.

Como mencionei brevemente, tanto nas décadas de 50/60/70 nos Estados Unidos quanto nas décadas de 60/70/80 no Brasil, a estigmatização da homossexualidade se estruturava em um sistema de suspeição moral. No cenário brasileiro em particular, um imaginário comum em circulação era marcado pela associação, produzida e alimentada pelo regime ditatorial, entre orientação e expressão do desejo, degenerescência corporal, subversão política e dissolução de costumes que estruturavam a nação (Vieira; Fraccaroli, 2018).

Quando, assim, o tema da transexualidade começou a ocupar o debate público mais consistentemente, e profissionais de medicina envolvidos em esforços de reconhecimento da *condição* se tornaram vozes recorrentes na imprensa, a estratégia argumentativa levada a cabo por eles se apoiava na constatação científica da verdade do sexo pré-discursivo, aferível na materialidade estável de um corpo individual, e na qualificação do modo de existência como doença congênita – um erro da natureza que vitimava sujeitos sem culpa, submetia-os a sofrimento. Distanciava-se, assim, de experiências homossexuais: não se estruturava em desejo desenfreado, mas na incapacidade de sentir desejo. Não merecia condenação, mas compaixão.

A argumentação que vincula empreendimento nosológico, sofrimento e compaixão se apoia em um regime moral que confere aceitabilidade a subjetividades não enquadráveis no modelo cisheteronormativo de existência desde que se apresentem como destituídas de vontade e agência:

¹¹ De modo algum estou atribuindo às obras qualquer aspecto calculista. Sigo Bispo na crítica a uma abordagem que enfatiza o processo narrativo como “excessivamente instrumental, o que acaba eclipsando as especificidades das condições nas quais os conversos experimentam suas emoções” (2019: 120). Pretendo com essa afirmação apenas reconhecer o aspecto agentivo do engajamento desses sujeitos no debate público sobre transexualidade, em oposição a uma parte da literatura tanto do campo médico quando (curiosamente) de estudos trans que apresenta esses primeiros autores como (no primeiro caso) vítimas sem controle sobre a própria vida ou (no segundo caso) como autômatos que reproduzem irrefletidamente sistemas de dominação.

A diferença que se constrói entre homossexualidade de um lado e transexualidade de outro sugere uma base de dessemelhança entre hábitos e práticas anormais porque perversões condenáveis, e doenças que fogem à vontade de seu portador, portanto o redimindo de culpa. Pessoas transexuais, argumentam médicos, não escolheram essa *condição*, são incapazes de resolvê-la, e sofrem a ponto de ela apresentar ameaça à própria vida. A pessoas homossexuais, por outro lado, atesta-se a autonomia, o empreendimento agetivo de exercício de um desejo antinatural: opondo-se autonomia e heteronomia, desejo e sofrimento, institui-se também a oposição (em contraste à normalidade biológica e moral) entre doença e perversão.

Tal empreendimento de nomeação e qualificação da transexualidade a partir do acionamento argumentativo da relação entre doença, sofrimento e passividade, atribuindo-lhe o lugar de vítima e instando a um imperativo de compaixão, nos termos de Fassin (2012) – que, segundo o autor, apela a uma humanidade comum mas marcada por hierarquias, como a entre quem precisa de assistência e quem tem o poder tanto de julgar quem a merece quanto de concedê-la – se mostrou especialmente eficaz, quando mobilizado em espaços de demanda por direitos tal qual o Poder Judiciário, como já apontado por literatura especializada (Zambrano, 2005; Ventura, 2010; Freire, 2020) e como também tratei em minha dissertação de mestrado (Lima, 2015). Contudo, como vimos, não foi essa configuração emocional mobilizada pelos autores, nem foi esse o caminho argumentativo por eles delineado para apresentar – e produzir a demanda de, no ato da apresentação – sua aceitabilidade social.

O processo narrativo de subjetivação empregado por essa primeira geração de autobiografias, vimos, se distancia da perspectiva médica ao localizar a verdade sexuada na experiência de um senso de si, em uma configuração emocional que produz afinidades e estranhamentos com práticas e papéis socialmente classificados por gênero. A primeira coisa que o discurso sobre emoções faz aqui, assim, é desafiar a autoridade epistêmica do modelo de entendimento proposto por profissionais da medicina, tomando pessoas transexuais como granitos ontológicos¹² passivos dos quais o sujeito do conhecimento extrai informação verdadeira. Os autores se opõem a tal modelo: para saber a verdade sobre mim, dizem, é preciso ouvir o que tenho a dizer sobre minha história e sobre o processo de manifestação, reconhecimento e entendimento do meu senso de si que se dá em articulação indissociável a expectativas, possibilidades e limites

¹² A expressão é de Thomas Laqueur (2001) e faz referência à metafísica da substância que expressa a virada epistêmica do pensamento euroamericano por volta de fins do século XVIII, afetando diretamente concepções sobre sexo. Passa-se a atribuir ao corpo (considerado estável e a-histórico) um status de verdade referencial incontestável e à diferença entre homens e mulheres como fundada em uma anatomia e fisiologia da incomensurabilidade: “o mundo físico ‘real’ nesses relatos, e em centenas de outros semelhantes, é anterior e logicamente independente das reivindicações feitas em seu nome.” (ibid.: 18)

sociais de existência. Martino explicita esse pressuposto já na apresentação de seu livro: “A não ser que você tenha realmente vivenciado o transexualismo, não consegue conceber o trauma de nascer no corpo errado. (...) Quero tornar disponíveis aqui os fatos e sentimentos da minha vida, pois muito pouco é conhecido sobre transexualidade – por médicos, acadêmicos (...) e certamente pelo público” (EM, xii).

A referência a um conjunto de emoções presente desde a infância insinua a referência a uma facticidade, ainda que não seja da ordem da matéria dissecável – comunicaria a verdade de sujeitos em parte porque se referiria a tropos de interioridade, de uma dimensão da experiência menos sujeita a controle e à moldagem social; algo propriamente autêntico, privado, subjetivo (Abu-Lughod; Lutz, 1990). Contudo, essa é apenas uma breve sugestão em meio a um desenho narrativo muito mais complexo. Porque, como vimos, dito conjunto apenas faz sentido dentro de uma operação classificatória de comportamentos e práticas em termos de gênero, socialmente instituída – e, portanto, do entendimento de sentimentos diferenciais de atração e rejeição por certos comportamentos e práticas como também generificados. Mais do que a referência a uma configuração emocional masculina ou feminina essencial, o que os autores fazem é narrar o processo de entendimento da legibilidade social de tal configuração como masculina ou feminina. Uma acentuação, assim, do aspecto relacional da significação de sentimentos, do aprendizado de sua significação.

A relacionalidade se mostra também na generificação de um dos componentes da configuração emocional – a saber, o desejo e/ou o amor. Ou melhor, não se trata aqui de apreender a feminilização ou masculinização de emoções – tal como na análise de Abu-Lughod (1986) – mas do modo de senti-las. Homens e mulheres amam, homens e mulheres desejam, nos dizem os autores; mas o entendimento de sua identidade de gênero está vinculado à percepção, no caso de mulheres trans, de que amam/desejam homens como mulheres; e no caso de homens trans, de que amam/desejam mulheres como homens.

Essa dinâmica relacional de desejo e amor é significativa em três aspectos. Primeiro, a expectativa de entende-la e de ter o afeto reciprocado é a força motriz que impele os autores à ação – a procurar uma lógica explicativa que atribua sentido à disjunção entre “sexo da mente” e “sexo do corpo”¹³, e a se submeter à procedimentos de alteração corporal de modo a marcar suas formas

¹³ A afirmação, como vimos na seção anterior, sugere um falso reducionismo. Os autores falam em “mente”, mas atribuem centralidade à configuração emocional. Ela desencadearia um desejo de entendimento no plano das ideias. Da mesma forma, “corpo” é termo que assume uma multiplicidade de sentidos que por economia textual não consigo explorar aqui. No entanto, cabe salientar que embora se refiram a uma anatomia entendida como masculina ou feminina, também descrevem modos de se relacionar sexualmente que seriam, também, entendidos como masculinos ou femininos. Martino e Nery, por exemplo, afirmam que sempre, mesmo antes das cirurgias de *mudança de sexo* e de modo que consideram incompleto, se

com curvas, ausência ou presença de pelos, ausência ou presença de corpos que o tornarão legível, desejável como pertencente a um determinado sexo. Segundo, ela não se basta em termos de alcance da visibilidade. O objetivo último dos autores é o exercício do desejo – o reconhecimento do outro se dando pelo engajamento erótico, pela conexão tátil entre os corpos que obedecem a uma divisão de gênero do trabalho erótico heterossexual. A conquista do estado de pessoa completa se dá com a materialização das condições de possibilidade de exercício de papéis específicos do roteiro sexual aprendido e com o encontro de corpos que, em sua ocorrência e na interação da fisicalidade contrastiva, faz homens e mulheres. Terceiro, esse processo catalisador gerado pelo desejo é alimentado pelo seu negativo de foto, sua contraposição que igualmente o institui¹⁴: os sentimentos de medo e nojo gerados por serem confundidos com homossexuais.

Assim, embora os autores apreendam a transexualidade como uma condição médica e atribuam imenso poder a técnicas de transformação corporal no que toca a sua capacidade de transformação ontológica, eles também se contrapõem à argumentação médica em 3 aspectos: ao recusarem o caráter individual da conformação identitária e destacar não apenas o alcance da imagem de si para si, mas de uma fisicalidade desejável e capaz de satisfazer o outro desejado; ao salientarem o processo agentivo da busca por linguagem e tecnologias de subjetivação; e ao priorizarem o desejo em detrimento do sofrimento, o sonho do prazer, em detrimento da ameaça do dano. Essa contraposição proposta pelos autores pode ser evidenciada em uma cena narrada por João Nery. Participando de congresso médico a convite de um dos profissionais que atuaram em sua *mudança de sexo*, ele refuta afirmações feitas por um palestrante quanto à ausência de desejo sexual de pessoas trans:

(...) se falou que, para o transexual, o coito seria secundário em relação à importância do papel sexual social. (...) Realmente, o ato sexual em si é, geralmente, muito penoso para quem tem um corpo invertido e que não o sente atraente para si nem para o outro. (...) Daí, por nos ser tão custoso esse ato, que para qualquer sujeito normal é tão simples, não damos prioridade ao coito. (...) Se nós, transexuais, conseguirmos transcender a nossa anatomia e a tratarmos como sendo do sexo oposto (...), imaginando serem estar reconhecidas e valorizadas pelo outro, é bem provável que a masturbação seja mais frequente do que as próprias relações sexuais. Não só a dificuldade em arranjar parceiro

comportaram no ato sexual “como homens” – o que, em seus termos, significa ser o sujeito que penetra (se não com pênis, com dedos e dildos) e não é penetrado. Logo, se usam a expressão “sexo do corpo”, podemos constatar na análise de suas narrativas que o corpo tem diversos sexos: o sexo atribuído à anatomia e o sexo atribuído aos jeitos de corpo na prática sexual são alguns deles.

¹⁴ Mostrando-nos, como assinala Díaz-Benítez a partir de Kolnai, que “uma emoção é sempre construída e sentida em relação a outras” (2019: 62).

é grande, como, caso o consigamos, ele representará sempre “o outro”, que estará ali para mostrar, mesmo não intencionalmente, a nossa condição (...). Na masturbação, pelo menos estamos isentos dos olhares do mundo. O que precisa ser grifado é que o transexual não é um ser assexuado ou uma pessoa destituída de excitação. Pelo contrário. Por ter sido sempre impedido pelas circunstâncias de ter condutas sexuais livres, porta uma enorme carga de libido, que espera apenas uma oportunidade menos ameaçadora para se liberar. (1984: 171)

Reitero: contraposição, não oposição. Trata-se de uma composição narrativa que não refuta a matriz de inteligibilidade e aceitabilidade, mas negocia e reorganiza seus termos – acionando mecanismos cuja validade também é incontestável. Trata-se de um ajuste fino, jogo discursivo sutil cuja captura apenas é possível se tentarmos responder, como assinalou Bispo (2019) seguindo a inspiração de Arthur Kleinman, não meramente à pergunta “o que aconteceu?”, mas “o que realmente importa?” aos que tecem a narrativa.

Os autores não recusam os termos do debate público em circulação que atribuem centralidade ao aparelho genital no processo de aferição da identidade sexuada – como ressalta João W. Nery, a ausência de adequação confere incompletude, deficiência a sua personitude. Da mesma forma, corroboram, ao apresentarem como objetivos a serem alcançados, a dinâmica complementar, fundada em dimorfismo sexual, do exercício da sexualidade.

E no processo de construção da identidade sexuada, o fazem, assim como profissionais da medicina, a partir de sua qualificação contrastiva em relação à homossexualidade. Ao expressarem nojo pelo desejo, por práticas e por pessoas homossexuais – emoção que, segundo Díaz-Benítez, é marcadora de status que organiza uma separação hierárquica entre aquele que sente e aquilo que o produz (2019) –, os autores sinalizam compartilhar, com a comunidade mais ampla, adesão à moralidade heteronormativa de legitimação de afetos e vínculos erótico-afetivos. Distanciam-se não só de dinâmicas de desejo, mas de um desenho comunitário de sociabilidade e organização política homossexual que ganhava visibilidade e já era alvo de estigmatização mais consolidada no imaginário público. No processo ainda embrionário de instituição de um sentido hegemônico de transexualidade, esse afastamento se mostrava essencial.

Da mesma forma que o nojo é mecanismo emocional que duplamente produz o efeito negativo-de-foto de afastamento e desidentificação e de adesão ao regime heteronormativo de organização de subjetividades e vínculos, a força catalizadora do desejo e da prática sexual conforme a divisão de gênero do trabalho erótico, e de modos de afeto e conjugalidade são o elemento mais patentemente exposto de dita adesão.

Trata-se de uma forma relacional, pelo olhar com ou sem desejo do outro, de fazer gênero (Diaz-Benitez, 2019), de em relações amorosas, fazer-se homem/mulher (Zampiroli, 2018) que demanda seu pertencimento ao enquadramento moral hegemônico demonstrando a regularidade do seu sonho, de seu sentir, a lidimidade do seu anseio por satisfação física, mas também pela performance de papéis sociais: no caso de Renée Richards e Lórys Adreon, tornar-se mulher no processo de ter um homem pesado, forte, penetrando-a, casar-se, ser esposa; no caso de Mario Martino e João W. Nery, tornar-se homem no processo de penetrar, com seu órgão genital, uma mulher heterossexual, casar-se, ser marido, pai. Afasta-se, assim, a expectativa de que a anormalidade de sua identidade de gênero apenas poderia ser aceita a partir de uma retórica de destituição da vontade – é justamente a vontade, aqui, a vontade de algo tão ordinário como sexo heterossexual, casamento e filhos que se torna o mecanismo de legitimação de seus processos subjetivos. A discrepância, em relação ao regime moral heteronormativos, reside no caráter temporal de sua instituição.

Talvez um dos eixos mais fundantes e sutis da cisheteronormatividade seja a expectativa de permanência: de que a verdade da identidade, do sexo, do gênero e do desejo e suas modalidades moralmente legítimas, normais, residam em sua invariabilidade desde o momento em que o indivíduo veio a mundo. Mas o que os autores nos apresentam aqui é que sua personitude é uma conquista atingida através do tempo – e com isso, propõem que a realidade (seu caráter de pessoa real, pessoa completa) pode ser um efeito. Efeito de anseio. A realidade é proposta como conquista, como produto do desejo e de empreendimentos visando expressá-lo, como o resultado do questionamento e apropriação parciais do enquadramento dado ao real (Halberstam, 2005: 52). E aí está uma das torções que empreendem no sistema de normas no qual se inserem: o lugar de homens e mulheres “normais”, convencionais, heterossexuais pode ser um lugar de chegada, e não apenas um direito de nascença (McBee, 2018).

Considerações finais

Essa breve reflexão, como mencionei no início, é parte de minha pesquisa de doutorado mais com biografias e autobiografias de pessoas trans publicadas no Brasil e nos Estados Unidos, que atenta também ao contexto sociohistorico de sua produção e à reação a ditas obras através da análise documental de selecionados veículos de imprensa. A pesquisa abarca desde o que defendo seja o marco fundador do gênero autobiográfico trans – a saber, o cenário e as obras aqui referenciados – até livros lançados em 2019. Embora em diferentes momentos desse processo histórico amor e desejo tenham se mostrado extremamente relevantes, decidi dar atenção a como

atuam como catalizadores narrativos e seus efeitos no processo de atribuição de legitimidade e aceitabilidade nesse período inaugurador por questões analítico-políticas.

Parte considerável do campo de estudos trans já escreveu sobre essas primeiras obras lançadas nos Estados Unidos, inclusive apontando-as como instituidoras de um cânone de escrita de vida trans (pe.: Jacques, 2017; Fisher, Phillips e Katri, 2017; Aizura, 2018; Vipond, 2018; Pellegrini, 2019) – mais do que isso, de uma normatividade de estrutura narrativa. Esse corpo de trabalho tem caracterizado o cânone como majoritariamente interessado em reproduzir e adequar-se a expectativas cisnormativas de identidade e expressão de gênero. Seriam indicativos desse propósito: o uso do tropo de “pessoa presa no corpo errado”, a corroboração irrefletida de um paradigma medicalizado (e patologizante) de entendimento da transexualidade, a centralidade atribuída à vaginoplastia/faloplastia e sua apreensão como o momento de transformação de um homem inequívoco em uma mulher inequívoca. A linearidade usada para narrar a subjetivação é descrita como “sofrimento-transformação-feliz estabilidade” (Pellegrini, 2019: 4). Esses estudos opõem essas convenções problemáticas a produções literárias mais recentes, menos presas a um anseio por inteligibilidade cultural e patentemente comprometidas em questionar padrões de gênero e sexualidade, apropriando-se de e ressignificando categorias ofensivas como “freak” (Vipond, 2018).

Embora considere a rentabilidade de aspectos dessa crítica, parece-me que ela se estrutura em um uma organização de pensamento binária – a saber, o entendimento de agência próprio do pensamento feminista euroamericano que opera a partir da oposição entre resistência e dominação, tal como analisa Saba Mahmood (2006). Dito enquadramento analítico e político apreende agência apenas como recusa a normas sociais existentes, assumindo um projeto liberatório de relações de subordinação – em contraste, portanto, a formas de ação que reproduzem estas (ibid.: 127-128). Como consequência, acaba por ignorar cenários não organizados a partir do mesmo imaginário de sujeito autônomo e liberal, e formas de articulação política que não visam independência completa de relações de poder. A antropóloga nos convida, assim, a reconfigurar agência como modos de ação não fundados em propósitos liberatórios, e considerar os aspectos sócio-históricos que marcam ditos modos. Especialmente, ela reivindica atenção a como agência é manifestada em diferentes formas de incorporação de normas e valoração de modos de existência em detrimento de outros, e como essas manifestações se relacionam a projetos de reforma social, não necessariamente definidos por uma intenção transformadora.

Essa chamada para atentarmos a nuances, a modos complexos, densos e contraditórios com que sujeitos habitam as normas no processo de formação de subjetividade (Bispo, 2019) permite ir além de categorizações fáceis. Muito bem: parte da literatura notou o uso de linguagem médica para

a qualificação da transexualidade, o desejo de cirurgias de alteração genital, e a descrição de sofrimento que é (parcialmente) resolvido após processos de alteração corporal. Mas não basta atentar a essas convenções – de que modo os autores compõem sua tessitura de sentido? A que elas servem na estrutura narrativa? Para além da presença ou ausência de tropos e referenciais discursivos, como eles são mobilizados?

Parece-me que a pressa em enquadrar esse conjunto de obras em um formato de cânone reprodutor de sistemas de dominação (como a referência a discursos médico-científicos e a correspondência a padrões heteronormativos de inteligibilidade e legitimação de sujeitos e práticas) não permitiu que esse corpo de trabalho atentasse para o modo complexo com que ditas narrativas delineiam negociações com tais sistemas. Dentre eles, o modo como sofrimento e angústia são elementos constantes na trajetória contada, mas não são as emoções acionadas como catalisadoras do trânsito de gênero. Amor e desejo o são, acompanhadas negativamente por nojo e vergonha da legibilidade como homossexual. Da mesma forma, nota-se a mobilização de linguagem médica, e a valorização de procedimentos de alteração corporal, mas não o modo como o empreendimento autobiográfico se dá questionando, a partir destes termos, a própria produção de conhecimento médica e seu entendimento da transexualidade. Por fim, nota-se o desejo pelo reconhecimento de um lugar social organizado a partir do regime regulatório heteronormativo, mas não o tensionamento de um de seus fundamentos: a permanência.

Falar sobre essas primeiras obras, sobre as negociações que propõem, é também um trabalho de resgate histórico de sua complexidade, e de seu papel na luta por reconhecimento levada a cabo pela população trans – em especial em um cenário de incertezas científicas, pânico moral, instituição de conservadorismos e assimetria discursiva como era esse das primeiras obras. Falar sobre amor e desejo inscritos em e produzidos por elas é também um convite a não nos deixarmos contaminar por pressupostos cisnormativos que justamente intentamos desafiar. É uma tentativa de escavação do passado não anacrônica, que atente para diferentes recursos e capacidades de se engajar em formas de sobrevivência conforme o sistema de desigualdades nos quais sujeitos se inserem, e movidos por diferentes projetos éticos (Mahmood, 2006).

Fontes

ÁDREON, Lóris. **Meu corpo, minha prisão**: Autobiografia de um transexual. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

CAMBARÁ, Isa. Roberta tenta vencer os preconceitos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 1983. Ilustrada. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8580&keyword=%22Roberta+Close%22&anchor=>

[4211802&origem=busca&originURL=&pd=aa9a6861475853499906c291110475b0](https://doi.org/10.1111/10475b0) . Último acesso em 23/10/2020.

HERZER. **A queda para o alto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

JORGENSEN, Christine. **Christine Jorgensen**: A Personal Autobiography. New York: Bantam Books, 1967.

MARTINO, Mario. **Emergence**: A Transsexual Autobiography. New York: Crown Publishers, 1977.

MÉDICO QUE OPEROU TRANSEXUAL SERÁ JULGADO ESTE MÊS EM SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 out. 1977. O País. Último acesso em 20/11/2018.

MÉDICOS ACHAM QUE JESUS AJUDARIA OS TRANSEXUAIS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 out. 1977. O Mundo. Último acesso em 20/11/2018.

NATALE, Denise. Transexuais e travestis, o drama de quem está insatisfeito com o corpo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 1984. Geral – Educação – 2º caderno. Último acesso: 3 dez. 2018.

NERY, João W. **Erro de pessoa**: Joana ou João? Rio de Janeiro: Record, 1984.

RICHARDS, Renée. **Second Serve**: The Renée Richards Story. New York: Stein and Day, 1983.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (eds.). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

AIZURA, Aren Z. **Mobile Subjects**: Transnational Imaginaries of Gender Reassignment. Duke University Press Books, 2018.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. In: **Contemporânea**, v.4, n.1, p. 165-182. Jan-Jun. 2014.

BISPO, Raphael. “Deus dá uma segunda chance”: sofrer e refazer mundos em testemunhos religiosos. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 111-139, maio/ago 2019.

BISPO, Raphael; COELHO, Maria Claudia. Emoções, Gênero e Sexualidade: apontamentos sobre conceitos e temáticas no campo da Antropologia das Emoções. In: **cadernos de campo**, vol. 28, n. 2, São Paulo, 2019.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. Pp.: 27-52.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 51-78, maio/ago. 2019.

FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2012.

FISHER, Simon D.; PHILLIPS, Rasheedah; KATRI, Ido H. Guest Editors Introduction: Trans Temporalities. In: **Somatechnics** 7.1 (2017): 1-15.

FREIRE, Lucas. Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. In: **Mana** vol. 26 no. 2, Rio de Janeiro, 2020.

HALBERSTAM, Jack. **In a Queer Time and Place**: Transgender Bodies, Subcultural Lives. New York: New York University Press, 2005.

JACQUES, Juliet. Forms of Resistance: Uses of Memoir, Theory, and Fiction in Trans Life Writing. In: **Life Writing**, 14:3, 357-370. 2017.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE JR., Jorge Leite. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.

- LIMA, Fátima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdade” e experiências trans. In: **EM PAUTA**, Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 28, p. 117-130, Dez. 2011.
- LIMA, Luiza Ferreira. A “**verdade**” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. In: **Etnográfica**, Vol X (1), 2006, pp. 121-158.
- MCBEE, Thomas Page. **Amateur**: A true story about what makes a man. New York: Scribner, 2018.
- MEYEROWITZ, Joanne. **How sex changed**: a history of transsexuality. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. In: **cadernos pagu** (28), janeiro-junho de 2007: 101-128.
- PELLEGRINI, Chiara. Posttranssexual Temporalities: Negotiating Canonical Memoir Narratives in Kate Bornstein’s *GenderOutlaw* and Juliet Jacques’s *Trans*. In: **a/b: Auto/ Biography Studies**, 2019.
- STRYKER, Susan. **Transgender History**. Berkeley: Seal Press, 2008.
- VENTURA, Miriam. **A Transexualidade no Tribunal**: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- VERAS, Elias Ferreira. “O fenômeno Roberta Close” e as “sexualidades periféricas” no centro da cena público-midiática – Fortaleza, Ceará (1980). In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 168-181, set. 2016.
- VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 7-21, maio/ago. 2019.
- VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT** no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.
- VIPOND, Evan. Becoming Culturally (Un)Intelligible: Exploring the Terrain of Trans Life Writing. In: **a/b: Auto/Biography Studies**, 2018.
- ZAMBRANO, Elizabeth. “Mudança de nome no registro civil: a questão transexual”. In: M. B. Ávila; A. P. Portella & V. Ferreira (orgs.). **Novas Legalidades e Democratização da Vida Social**: família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- ZAMPIROLI, Oswaldo. Tornar-se esposa, fazer-se mulher: o casamento estabelecendo gênero nas relações conjugais de mulheres trans/travestis. In: **Teoria e Cultura** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF v. 13 n.1 junho. 2018.